

Isabel González Ríos
**Régimen Jurídico-Administrativo
de las Energías Renovables y de
la Eficiencia Energética,**

Thomson-Reuters, Aranzadi,
Cizur Menor, 2011 (375 páginas)

A obra aborda uma das temáticas mais relevantes da denominada fase pós-industrial: os caminhos para a sustentabilidade energética (conceito que a autora autonomiza do conceito de sustentabilidade ambiental) no contexto do desenvolvimento económico sustentável.

O tema central do trabalho é a análise do *regime jurídico-administrativo e jurídico-económico das energias renováveis* – ou, dito de forma mais correcta, do regime jurídico da produção de energia eléctrica em regime especial – e do *regime jurídico da eficiência energética e da poupança de energia*. Mas a abordagem é deveras original, pois a autora começa por explicitar o contexto multinível em que hoje se estruturam as competências em matéria de energia (União Europeia, Estado, Comunidades Autónomas e entidades locais) para depois pôr em evidência, a partir da análise dos regimes jurídicos antes mencionados, a essencialidade da abordagem da *good governance* nesta matéria, e o modo como esta inevitavelmente se acaba por sobrepor à repartição de poderes constitucionalmente fixada.

A primeira parte do livro é dedicada ao estudo da repartição de poderes entre a União Europeia, o Estado e as Comunidades Autónomas em matéria de energia, ambiente e alterações climáticas, bem como dos regimes jurídico-legais adoptados por cada entidade na promoção da sustentabilidade.

No capítulo primeiro revela-se especialmente interessante o relato da evolução do enquadramento jurisprudencial e legal em matéria de repartição de poderes entre Estado e Comunidades Autónomas em matéria de autorizações para a instalação de centros electroprodutores e de infra-estruturas energéticas, no contexto do “convite” formulado pelo direito europeu à participação de todas as entidades públicas na implementação da política de energias renováveis e de eficiência energética. Hoje, após um longo debate, o critério estabelecido é o da delimitação territorial da instalação como elemento determinante da entidade competente para a emissão da autorização.

No segundo capítulo é apresentada uma excelente síntese da “organização administrativa da energia”, com especial destaque para a criação de entidades interadministrativas e interdisciplinares, bem como de um provedor de justiça do utente dos serviços energéticos, permitindo compreender os desafios que a regulação desta matéria actualmente suscita quer pela interdisciplinaridade que lhe está subjacente, quer pela sensibilidade económica e económico-social decorrente das medidas adoptadas.

A primeira parte culmina com um capítulo – o terceiro – dedicado às orientações e instrumentos da política energética na vertente ambiente-energia-clima, no qual são analisados e destacados diversos instrumentos de programação (*soft law*) de políticas públicas no plano europeu, bem como instrumentos normativos, legais e regulamentares adoptados no contexto multinível da regulação das energias renováveis e da eficiência energética. O nosso realce vai para as normas adoptadas pelas Comunidades Autónomas da Andalucia, Catilha-La-Mancha e Murcia onde encontramos ambiciosos planos de promoção da sustentabilidade energética a partir de medidas não só de apoio financeiro público, mas também de simplificação de procedimentos, de orientação técnica e de coordenação da acção.

Na *segunda parte do livro* a autora debruça-se sobre os regimes jurídicos das energias renováveis e da eficiência e da poupança energética, acabando por concluir, após uma cuidadosa análise e uma aturada reflexão, que a distribuição de competências nesta matéria não é eficiente, originando disfuncionalidades no sistema, sobreposição de competências regulatórias, insegurança jurídica para os investidores e deseconomias de escala.

Assim, o quarto capítulo, dedicado às energias renováveis, começa por definir os conceitos operatórios fundamentais à luz do direito europeu (energias renováveis, energia eólica, energia solar, energia hidrotérmica...), traça, em seguida, o quadro legal da organização dos sectores energéticos segundo as directrizes emanadas pela União Europeia no âmbito dos denominados “pacotes normativos” de liberalização, culminando, por último, com o que poderemos considerar a parte de enquadramento desta matéria com uma referência detalhada aos dois pontos fundamentais, hoje considerados por muitos como os expoentes máximos da ineficiência das fontes renováveis no sector eléctrico: a garantia do despacho (obrigação de compra de toda a energia produzida) e o regime de incentivos financeiros públicos. É, pois, no ponto quatro deste quarto capítulo que encontramos um dos principais contributos da obra para a *better regulation* do tema, quando a autora demonstra, em discurso sustentado e ilustrado, a relevância dos instrumentos de planeamento interdisciplinar e a necessidade de promover, sobretudo a nível das Comunidades Autónomas, uma coordenação entre a planificação energética e a do ordenamento do território e urbanismo. O texto destas páginas leva a autora a reflectir profundamente sobre os novos caminhos do planeamento urbano de âmbito geral e sobre a responsabilidade que lhe está subjacente, não apenas no nível autonómico, mas incluindo também níveis superiores, designadamente o supranacional graças ao desenvolvimento do regime jurídico das redes transeuropeias. Presentemente, o planeamento não pode circunscrever-se à expressão efectiva da função social da propriedade, exige-se dele também um contributo essencial para a sustentabilidade da vida na Terra a partir da gestão eficiente de recursos escassos (abastecimento de água, qualidade do ar), da programação de acções humanas (organização do transporte colectivo e individual) e da alocação eficiente de recursos económicos (edifícios energeticamente inteligentes, infra-estruturas optimizadas e ajustadas às novas exigências tecnológicas, redes de apoio social). Todos estes tópicos estão subjacentes às considerações formuladas no texto.

No capítulo quinto, a autora descreve o *regime especial de produção de energia eléctrica*, dando especial destaque ao procedimento administrativo das autorizações para a implantação de centros electroprodutores que utilizam energias renováveis, incluindo o regime jurídico de acesso e ligação à rede, as autorizações ambientais e o uso do domínio hídrico fluvial e marítimo.

O sexto capítulo é dedicado à eficiência energética e à poupança energética e nele encontramos referência não só às directrizes europeias sobre a matéria, mas também, e com especial interesse, à lei da economia sustentável e aos instrumentos adoptados pelas Comunidades Autónomas no domínio regional. Igualmente interessantes são as considerações sobre a eficiência energética em matéria de edifícios (públicos e privados) e de transporte urbano, pois importa lembrar que as cidades são hoje consideradas um dos principais elementos energívoros, e onde é possível, com custos sustentáveis e esquemas de financiamento equilibrado, assentes em participações públicas e privadas, alcançar importantes economias em matéria de eficiência energética global. O mesmo objectivo é extensível à matéria da iluminação pública, essencial à segurança das pessoas e bens, mas onde também se registam elevadas taxas de deseconomias energéticas e de contaminação ambiental. Áreas onde é igualmente possível alcançar ganhos significativos com baixo investimento são as relativas à contratação pública, serviços energéticos e co-geração, mas, pelo menos, em Portugal, a sua implementação não se tem revelado especialmente adequada.

A obra inclui ainda um sétimo capítulo sobre o regime sancionatório, no qual a autora conclui que não existem verdadeiras especificidades em matéria de sanções aplicáveis aos centros

electroprodutores do regime especial, podendo os mesmos vir a ser sancionados pela autoridade reguladora (*Comisión Nacional de Energía*, no nível nacional, e Comunidades Autónomas, no nível regional) nos mesmo termos aplicáveis às instalações do regime geral. Já no que respeita à violação de regras em matéria de eficiência energética, o que se verifica é uma dispersão de sanções por normas de natureza diversa, prejudicando a efectividade das medidas, a qual só um regime sancionador coeso poderá garantir, como a autora destaca em conclusão.

A obra termina com estimulantes colocações a todos os responsáveis pela implementação do regime jurídico das energias renováveis e eficiência energética e à comunidade académica em geral. Sugestões como a inclusão de medidas de fomento das energias renováveis e da eficiência energética no âmbito das obrigações de serviço público impostas às empresas eléctricas ou a imposição de medidas de *enforcement da governance* em matéria de regulação sustentável do transporte são apenas dois exemplos que destacamos para sublinhar e salientar a importância do estudo.

É um trabalho de consulta indispensável a todos os que pretendem estudar o direito da energia, e também o direito do ambiente, pois a autora não perde de vista a relevância que este segmento do direito da energia – energias renováveis e a eficiência energética – hoje assume na concretização das metas impostas pelo desafio de combater as alterações climáticas. É também importante para os que procuram a abordagem mais económica do direito da energia, na medida em que o texto sublinha que o caminho para a sustentabilidade há-de passar pela acomodação da subsidiação através do mercado e do financiamento equitativo do *mix de geração*. A última ideia forte, voltamos a sublinhar, é a necessidade de uma adequada articulação de poderes, pois como se percebe no fim da leitura, a solução não passa apenas pela elevação de competências para o nível europeu, quando muitas das medidas são efectivamente prosseguidas de forma mais eficiente com decisões de nível regional ou local. A solução está na *governance* e não no *government*. Algo que entre nós é igualmente válido, mas que se torna especialmente patente em países com uma estrutura política marcadamente regionalizada, como é o caso da Espanha.

Suzana Tavares da Silva

Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra